



CERTIFICAÇÃO E USO DE ESPÉCIES ALTERNATIVAS DE MADEIRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL E ESTRUTURAS

¹**Fabio João Paulo Di Mauro** (fdimauro@bol.com.br),

²**Mauro Augusto Demarzo** (demarzo@uol.com.br)

¹**Centro Universitário de Araras Dr. Edmundo Ulson - UNAR**

Depto. de Arq. e Urb. - Av. Ernani Lacerda de Oliveira, 100 - Pq. Santa Cândida, Araras – SP, Brasil

²**Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP**

Depto. Estruturas Fac. Eng. Civil, Arq. e Urb. - Rua Albert Einstein, 951 - Cidade Universitária "Zeferino Vaz" -
Barão Geraldo, Campinas - SP, Brasil.

RESUMO: No Brasil o uso de madeira tropical na construção civil se concentra, majoritariamente, no Estado de São Paulo. Ao longo do tempo as florestas do sudeste e do sul do país foram exploradas em busca de espécies nativas como o pinho-do-paraná e a peroba-rosa provocando sua exaustão e exigindo a busca de novas florestas. A região amazônica tornou-se então a nova fonte para substituir as espécies mencionadas desencadeando a exploração predatória e ilegal de madeira nativa. Nesse cenário, a certificação de manejo florestal, o conhecimento das propriedades e aplicações de madeiras menos conhecidas em substituição a espécies tradicionais e de suas efetivas disponibilidades são instrumentos essenciais para conter a ilegalidade que permeia a cadeia produtiva da madeira no setor. Neste artigo aborda-se a certificação da madeira no Brasil, as espécies alternativas já estudadas e suas propriedades para uso na construção civil que estão disponíveis para o mercado.

Palavras Chave: madeira, certificação, manejo florestal, ilegalidade.

CERTIFICATION AND USE OF ALTERNATE SPECIES OF TIMBER IN BUILDING AND STRUCTURES

ABSTRACT: In Brazil the use of tropical timber in construction is concentrated, mainly, in the State of São Paulo. Over time the forests of southeast and south of the country were explored in search of native species such as the *pinho-do-parana* and *peroba-rosa* teasing her exhaustion and requiring the search for new forests. The Amazon region then became the new source to replace the species mentioned triggering the predatory and illegal logging of native timber. In this scenario, the forest management certification, knowledge of the properties and applications of lesser known woods replacing traditional species and their effective availability are essential instruments to contain the lawlessness that permeates the wood production chain in the industry. This paper addresses the certification of wood in Brazil, alternative species studied and their properties for use in building that are available to the market.

Keywords: timber, certification, forest management, illegality.

1. INTRODUÇÃO

Segundo HUMEL *et al.* (2010), cerca de 79% da madeira processada na Amazônia Legal foi comercializada internamente em 2009, sendo o Estado de São Paulo o seu maior consumidor, absorvendo 17% da produção cujo destino principal é a construção civil; porém, grande parte da madeira que chega a esse mercado ainda é de origem ilegal ou até mesmo legal, mas não certificada, o que gera pressões sobre determinadas espécies nativas que muitas vezes são comercializadas de forma equivocada.

Para NAHUZ *et al.* (2013), a carência de um conhecimento melhor sobre espécies que substituam as mais conhecidas com a mesma eficiência é a principal lacuna na normalização do comércio madeireiro.

A Certificação Florestal e a Certificação da Cadeia de Custódia são processos submetidos à avaliação de terceira parte que certificam a origem de manejo sustentável permitindo seu total rastreamento, sendo ferramentas eficazes no combate às irregularidades na exploração da madeira.

O FSC - Brasil - Conselho Brasileiro de Manejo Florestal e o CERFLOR - Programa Brasileiro de Certificação Florestal são os principais acreditadores desses processos no país, atuando tanto no manejo florestal quanto na cadeia produtiva que utiliza a madeira.

No sentido de pressionar essa cadeia, do destino à origem, grupos de interesse formados pelo governo, sociedade civil, empresas e comunidade acadêmica têm se mobilizado através de protocolos de cooperação para promover um mercado cada vez mais exigente em relação a produtos de origem certificada, imperativo para o uso responsável deste insumo, em especial na construção civil.

2. MADEIRA ILEGAL

PEREIRA *et al.* (2010), afirmam que a extração de madeiras na Amazônia só é permitida por meio de planos de manejo florestal e autorizações de desmatamento legal e, este desmate, somente pode ocorrer mediante autorização de um órgão estadual ou do IBAMA. Na prática, o que predomina em alguns Estados da Amazônia é a extração ilegal em função de deficiências na fiscalização, através do desmate além do permitido, e da falsificação da documentação de transporte, como podemos observar na Fig.1.

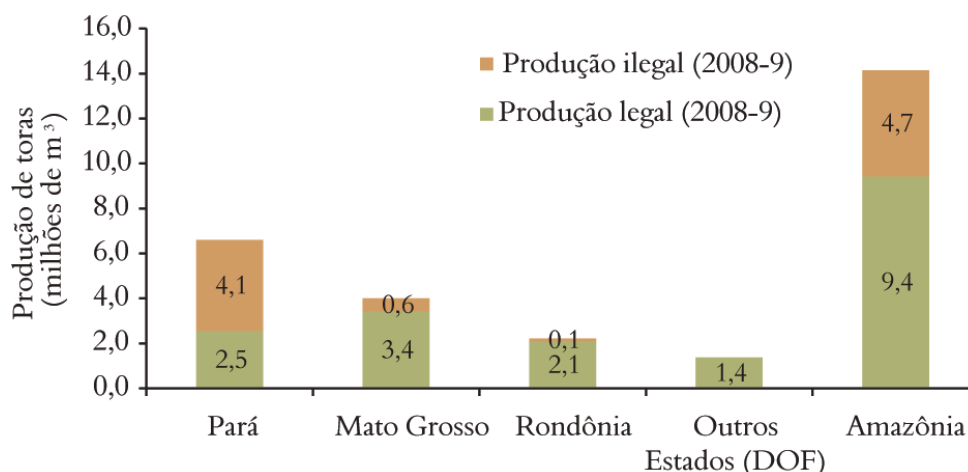


Figura 1. Estimativa da produção madeireira ilegal na Amazônia brasileira em 2009.
Fonte: Imazon (2010)

Para ADEODATO *et al.* (2011), entende-se por madeira ilegal, aquela cuja extração não possui licença e se dá por exploração convencional, que significa a extração seletiva de espécies de valor comercial sem critérios para reduzir impactos danosos à floresta; esta prática foi disseminada há décadas na Amazônia por grileiros e colonos, degradando